

O ensino religioso nas escolas municipais de ensino fundamental no município de São José dos Campos

Leila Gasperazzo Ignatius Grassi¹

Resumo: Pesquisa realizada na totalidade das escolas municipais de ensino fundamental de São José dos Campos, SP, quando algumas escolas foram visitadas e outras contatadas por telefone. O histórico sobre a cidade, as fases de seu desenvolvimento e as escolas existentes, em especial as municipais, constroem o texto, seguido pelo desenvolvimento do tema: ensino religioso.

Palavras Chave: escolas municipais; ensino fundamental; ensino religioso.

Religious education in the public elementary school system within the municipality of S. José dos Campos

Abstract: Research conducted at all the public schools of an elementary school in São José dos Campos, SP, when some schools were visited and others contacted by telephone. The history of the city, the stages of its development and existing schools, particularly the public, build the text followed by the development of the theme: religious education.

Keywords: municipal schools, religious education.

São José dos Campos: espaço geográfico da pesquisa

A escolha do município de São José dos Campos como objeto deste estudo, deveu-se a fatores que o diferencia de outros municípios brasileiros, tornando-o específico em algumas de suas características. As peculiaridades encontradas ao refletir e eleger o município foram sua privilegiada situação e localização geográfica (eixo Rio de Janeiro - São Paulo), sua reconhecida tecnologia de alta qualificação, um parque industrial diversificado e especial atenção às escolas municipais.

Não se pretende reconstruir em minúcias a história do lugar, porém é necessário que se faça o levantamento histórico de seu aparecimento e sua evolução como cidade, para que se entenda sua importância no contexto nacional e sua posição como reconhecido polo transmissor do saber instrucional, um município privilegiado, o segundo polo exportador do Brasil, perdendo apenas para a cidade de São Paulo.

Com população de 610.965 habitantes (1), 9º maior PIB do Brasil e 3º do Estado de São Paulo (2), PIB per capita de R\$ 24 mil, São José dos Campos, a apenas 100 km da capital, é um dos centros industriais e de serviços mais importantes do Estado de São Paulo e do Brasil.

É a 2º maior cidade exportadora do País, com US\$ 4,7 bilhões em 2004 (3), ocupa a 9ª posição entre as 100 melhores cidades brasileiras para negócios, conforme pesquisa da Revista Exame divulgada em 2002. Em outra pesquisa, realizada pela Revista Você S/A em julho de 2005, foi apontada como a 3ª melhor cidade para se trabalhar entre as não-capitais.²

¹ Doutora em Educação, USP; Mestre em Educação, Arte e História da Cultura, Mackenzie; Especialista em Didática Aplicada à Educação Superior. Lecionou no Ensino Fundamental por 15 anos e no Ensino Superior por 10 anos. leilagrassi@usp.br

² (1) Fonte: estimativa IBGE – 2006; (2) Fonte: IBGE – 2002; (3) Fonte: MDIC 2004.

Suas características econômicas permitem dar maior atenção à educação de qualidade. A Lei nº. 6103/02 de 03 de junho de 2002, que criou o Sistema Municipal de Ensino, enfatiza a formação da cidadania e a Lei Orgânica do Município, no art. 316, salienta que o “Poder Público Municipal aplicará, anualmente, no mínimo, vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público e gratuito”, o que perfaz um investimento de grande monta.

A cidade está localizada na região denominada Vale do Paraíba Paulista, a leste do Estado de São Paulo, próxima ao litoral norte deste mesmo estado e ao sul do estado do Rio de Janeiro. O nome deve-se ao fato de que a região forma a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, que vai desaguar no Oceano Atlântico, na costa norte do estado do Rio de Janeiro. A região possui um parque industrial bastante desenvolvido, destacando-se o setor automobilístico, aeroespacial/aeronáutico, bélico, metal mecânico, siderúrgico entre outros. A agropecuária também é de grande importância para vários municípios dessa região, que concentra o maior Produto Interno Bruto - PIB do Brasil.



Figura 1: Vale do Paraíba. Fonte: www.explorevale.com.br/cidades/index_vale.php.

O Vale Paulista é a segunda maior macrorregião do Estado em população e em arrecadação. Conhecido como Médio Vale do Paraíba, a região paulista é banhada pelo Rio Paraíba do Sul, com área de 16.179,947 km², população de 2.205.448 hab. (estimativa em 2005) e densidade de 136,3 hab./km², segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Dados do IBGE asseguram que em 1950 a população urbana total desta região era de 202.498 habitantes, o que representava 45% da população total (449.722 habitantes). No censo de 1996, a população total passou para 1.553.964 e a urbana para 1.420.203, o que representava 91,4% do total. Este crescimento da população urbana ocorreu de forma associada ao crescimento industrial da região.

Em 1960 existiam, em toda a região, aproximadamente 751 estabelecimentos industriais e uma população ocupada no setor industrial de 20.675 habitantes. Atualmente, somente na cidade de São José dos Campos, o complexo industrial conta com 1.251 indústrias e emprega cerca de 50 mil pessoas.

Tais informações demonstram que o Médio Vale do Paraíba do Sul, ou Vale do Paraíba Paulista, é uma das mais industrializadas e urbanizadas regiões paulistas. Este processo de crescimento, porém, ocorreu de forma bastante confusa, sem ser norteado, diretamente, por um planejamento.

Localizada geograficamente entre as Serra da Mantiqueira e Serra do Mar, é uma região de elo entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Com um patrimônio cultural material e imaterial de singular importância, mantém conservadas arquiteturas dos séculos XVII, XVIII e XIX, assim como preserva o artesanato popular nas várias cidades que a compõe. Também o acervo cultural imaterial é de bastante importância, as danças, a religiosidade, a alimentação de origem tropeira, as festas, etc. são presenças marcantes no universo do Vale.

A extensão do município e sua localização no Vale permitem que contenha, em seu território, os principais elementos representativos da paisagem valeparaibana: os morros da Serra do Mar, as colinas e a várzea do Rio Paraíba do Sul, os morros e escarpas da Serra da Mantiqueira. Situa-se entre as capitais São Paulo e Rio de Janeiro, região que pode ser chamada de megalópole brasileira.

No ano de 2006, dados da Prefeitura Municipal, registraram uma população estimada em 610.965 habitantes, sendo que 532.717 na área urbana e 6.596 na rural. A taxa de crescimento entre 1991 e 2000 foi de 2,23%. Em janeiro deste mesmo ano, havia 1.235 indústrias, 9.787 estabelecimentos comerciais e 10.793 de serviços diversos.

A aldeia indígena se transforma lentamente

As origens de São José dos Campos remontam ao final do século XVI, quando se formou a “Aldeia do Rio Comprido”, uma fazenda jesuítica que usava a atividade pecuarista para evitar incursões de bandeirantes. Segundo historiadores, a aldeia foi fundada pelo Padre José de Anchieta no local onde se situa hoje o município de São José dos Campos. Esse aldeamento de indígenas Guaianazes teve início no mesmo tempo que se iniciava a Capitania de São Vicente. A vila tinha lento progresso, o que foi modificado pela descoberta de ouro em um lugar chamado “Tanque dos Índios, provocando intenso movimento de catas e lavras” (Siqueira, 1991, p.35).

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e todas as posses da ordem foram confiscadas pela Coroa, época em que assumiu o governo da Capitania de São Paulo Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, conhecido como Morgado de Mateus, com a incumbência de reerguer a Capitania. Naquele momento, Minas Gerais destacava-se pela atividade mineradora. Uma das primeiras providências de Morgado de Mateus foi elevar diversas aldeias à categoria de Vila, entre elas São José.

A povoação teve várias denominações, a saber: Vila Nova de São José, Vila de São José do Sul e Vila de São José do Paraíba. Em 27 de julho de 1767, mesmo antes de se tornar freguesia – fato anormal na época - a aldeia foi elevada à categoria de Vila, pelo Ouvidor e Corregedor Salvador Pereira da Silva, com o nome de “São José do Paraíba”, erguendo-se o pelourinho e a Câmara Municipal, símbolos que caracterizavam sua nova condição.

A partir de 1871, o município passa por duas fases distintas: o desenvolvimento agrícola com preponderância da cultura do café e a criação da estância climática, devido aos bons ares do lugar. A 22 de abril de 1864 a Vila é elevada à categoria de cidade e em 1871 recebe a atual denominação de São José dos Campos, seguida da criação da Comarca em 1872.

Foi no ano de 1886, quando a estrada de ferro Central do Brasil já passava pela cidade - inaugurada em 1877 - que a produção cafeeira teve seu auge continuando com algum destaque até meados de 1930. Em 1862, o número de casas de São José era de 260, em 1888 de 554. Foi dotada de iluminação – lampiões de querosene – em 1867 e contou com trabalho escravo para o progresso do Município.

No início do século XX, São José não contava com água encanada, esgoto nem luz elétrica. “Pipas cheias de água colhida nas límpidas vertentes, carregadas por carroças e carros de boi, abasteciam a população, além de cinco chafarizes” (Agê Junior, 1981, p.21) e a iluminação era feita a querosene. Também não havia calçamento nas ruas e, em época de chuva, o barro vermelho salpicava as paredes das casas.

Uma cidade pequena com um comércio modesto com lojas de secos e molhados, ferragens, barbearias, ferrarias, marcenarias, etc. e indústrias de pequeno porte como olarias, laticínios, fábrica de meias, de carroças, de banha, etc. A

agricultura preferencial era do café tendo também arroz, cana-de-açúcar, fumo e cereais (farinha de mandioca e de milho). O Mercado Municipal foi construído no final do século XIX e ampliado de 1921 a 1923.

Foi nesse contexto que se iniciou a procura do município para o tratamento de tuberculose pulmonar, começando assim, o ciclo sanatorial ou fase sanatorial. No início da década de 1920, São José contava com 30.681 habitantes, a maioria dos quais na zona rural. A industrialização convivia com a tuberculose, sendo estes os motivos do progresso na cidade. Na década de 1930, em 12 de março de 1935, em plena época sanatorial, São José foi declarada Estância Climática, pela Lei nº. 7.007. Em 16 de dezembro de 1935, pela Lei nº. 2.484 tornou-se Estância Hidromineral e Climática.

“Em 1943 era estimado, pela Secretaria de Saúde do Estado, em 1350 o total de doentes tuberculosos” (Agê Junior, 1981, p. 42) cerca de 8% da população da cidade atendidos nos sete sanatórios locais e nas inúmeras pensões.

Os anos de 1940 trouxeram mais indústrias como a Cerâmica Weiss e a Rhodia Indústria Química e Têxteis S/A; a inauguração da Rádio Clube de São José dos Campos ZYE 5; a fundação do Tênis Clube; o início das obras de construção do Centro Técnico de Aeronáutica - CTA. Decisiva na história da cidade foi a descoberta da estreptomina, em 1947; essa descoberta, ocorrida longe da cidade, transformou-a, ao transformar a tuberculose em doença facilmente curável, o que levou a, gradativamente serem desativadas pensões e sanatórios, alguns deles sendo demolidos para dar lugar a prédios ou parques.

Com a chegada da década de 1950, São José recebe o Instituto Técnico da Aeronáutica – ITA, abrindo o ciclo universitário no Município. A Rodovia Presidente Dutra que liga o Rio de Janeiro a São Paulo é inaugurada em 1951, a primeira com uma pista de asfalto. Importantes indústrias vêm para a região: Johnson & Johnson; General Motors do Brasil S.A; Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S/A; Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil S/A; Eaton S/A – Divisão de Produtos Automotivos; Bendix Home Appliances do Brasil S/A – Indústria e Comércio e Engesa – Engenheiros Brasileiros S/A.

Como informa Dias (2000, p.154), “a vinda dessas grandes indústrias provocaria uma profunda transformação na ordem econômica e social da pequena cidade, cujo núcleo urbano tinha uma população de 25.892 habitantes em 1950”. A sociedade, formada por famílias antigas, onde todos se conheciam, começa a se modificar; novos habitantes com situação econômica, social e até línguas diferentes surgem; uma elite profissional é atraída para a cidade e São José dos Campos passa por uma rápida urbanização.

A década de 1960 inicia-se com a inauguração da Faculdade de Odontologia de São José dos Campos e com a retirada dos doentes do pulmão do Sanatório Vicentina Aranha. Tem, em 1965, o primeiro foguete lançado na Barreira do Inferno construído na cidade, pela Avibrás – fábrica de produtos aeronáuticos e, em 1969, a construção da Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. – EMBRAER.

Nas décadas de 1970 e 1980 a cidade explode em crescimento: o crescimento da população foi de 93,68% ou 6,82 ao ano. Passa para 300.000 habitantes em 1981 e continua em franco desenvolvimento. Em março de 1980, entra em operação a primeira Unidade de Destilação da Petrobras. A década de 1990 vê fechar a fábrica Alpargatas após 33 anos de atividades no município; a Tecelagem Parahyba encerrou suas atividades depois de 70 anos de atuação, voltando a funcionar em 1994, reativada pela Associação dos Funcionários da Fábrica de Cobertores Parahyba – nas suas dependências (fábrica e parte da fazenda) onde funciona atualmente a Fundação Cultural Casiano Ricardo, o Museu do Folclore e o Parque da Cidade; em 18 de fevereiro de 1992,

depois de ficar dez anos fechado, o Sanatório Vicentina Aranha é reformado e transformado em centro de geriatria; em 1999 São José dos Campos é o segundo município do Estado e o primeiro do interior em arrecadação quanto ao Valor Adicionado.

No início do século XXI, segundo o IBGE, o município conta com 539.313 habitantes sendo que 18.976 são maiores de 10 anos sem instrução ou com menos de um ano de estudo, com um total de 5.774 docentes no Ensino Fundamental e Médio distribuídos em 171 estabelecimentos. Possui também 171 estabelecimentos de saúde.

Segundo informações obtidas no site da FUNDHAS, o município de São José dos Campos é, na atualidade, sede do maior complexo de pesquisa e produção de alta tecnologia do Brasil, “desenvolvendo e fabricando desde satélites e aviões num parque industrial em que também são produzidos carros, televisores, medicamentos e até telefones celulares³”. É também a maior cidade do Vale Paulista, atualmente.

Oficialmente, o município é constituído por três Distritos: São José dos Campos (sede), Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. O Distrito de São José dos Campos é subdividido em dois Subdistritos: 1º Subdistrito de São José dos Campos e 2º Subdistrito de Santana do Paraíba.

A cidade e o meio ambiente

Com 62,62% de sua área territorial considerada como Área de Proteção Ambiental, São José dos Campos oferece grandes atrativos como o Parque da Cidade e o cartão postal de São José dos Campos, o Banhado, que tem uma área de proteção ambiental de 4,32 milhões de metros quadrados em frente ao centro da cidade. A Reserva Ecológica Augusto Ruschi, com 2 milhões e meio de metros quadrados, fora do perímetro urbano, é uma Área de Proteção Ambiental de espécies nativas. São Francisco Xavier, distrito do município, conta com metade de sua área definida como Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira.

A cidade teve quatro períodos bastante distintos de desenvolvimento nomeados por Fernandes da seguinte maneira: Fase Agropecuária (café) que vai até o final da década de 1920; Fase Sanatorial junto com a Primeira Fase Industrial (cerâmica, têxtil, etc.) até 1950; a Fase Industrial (multinacional), até meados de 1980 e o último período o da Terciarização, que vai até o final da década de 1990. Estes períodos ou fases foram delimitados por Fernandes para “facilitar a caracterização da classe de alta renda” (Fernandes, 2002, p. 57) do município e seu deslocamento espacial.

No quesito educação, a cidade conta com quatro instituições de ensino superior públicas; 17 instituições de ensino superior privadas; dois centros de pesquisa e 15 escolas técnicas. No Ensino Fundamental, existem 81 instituições estaduais urbanas; 38 municipais urbanas; 48 particulares urbanas; sete estaduais rurais e uma particular rural. Totalizando, portanto, 175 estabelecimentos de Ensino Fundamental.

As escolas municipais de São José dos Campos

O critério de escolha das escolas visitadas teve como base a divisão regional da cidade: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste, por se ter entendido que, assim, se poderia ter um panorama do procedimento, nas escolas públicas, em relação ao tema do ensino religioso. Cada escola, em regiões e bairros diferentes, com clientela também diferente, oferece, ao mesmo tempo, amplitude e especificidade na coleta dos dados. Ao se procederem as visitas, a primeira impressão foi com a estrutura física de cada uma delas. Essas escolas estão todas pintadas, sem pichações, com jardins tratados, calçadas bem cuidadas, etc. Mostram também grandes portões de grade com porteiros, o que,

³ <http://www.fundhas.org.br>. Acessado em 15/02/2006

segundo informações lá colhidas, é para a segurança da própria escola e de pessoas que ali estão. Possuem amplo espaço interno, com pátio para lanche (almoço), jardim com bancos, quadra(s) de esporte (algumas cobertas), piscina (algumas escolas possuem), e salas especiais para estudos tais como sala de leitura (biblioteca); laboratório(s) de informática; sala de multimeios; sala de apoio pedagógico; oficina de marcenaria; laboratório de ciências; sala de dentista; campo de areia (algumas); cozinha; cantina; sala para reuniões (HTC); secretaria; sala de professores; sala da direção e salas de aulas.

A sala de apoio pedagógico congrega laboratório de aprendizagem, o qual conta com profissional em psicopedagogia e sala de recursos nas quais são atendidos os alunos que participam do processo de inclusão, com diferentes deficiências. Algumas escolas possuem também sala de dança e de lutas marciais, assim como sala de educação especial, na qual atuam auxiliares de enfermagem, auxiliares de desenvolvimento infantil, professoras estagiárias e a professora da classe.

As escolas que atendem alunos com deficiências múltiplas contam com sala de banho, fraldário e espaço para descanso. Em todas as escolas há estagiários e agentes de cidadania. Os espaços físicos - salas - e o número de funcionários variam de acordo com o número de alunos atendidos. Em algumas escolas existem até quatro cozinheiras.

Todas as escolas têm Projeto Educativo atualizado anualmente, em que consta o documento de reconhecimento da escola; a biografia da(o) patrona(o) da escola; a visão; a missão; a finalidade e um cuidadoso diagnóstico sobre a escola e seus componentes – pais, alunos, funcionários e professores – como tamanho do terreno onde a escola está instalada; tipo de habitação de seus alunos; grau de escolaridade dos pais ou responsáveis; nível econômico; medidas de avaliações externas (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar Municipal - SAREM; Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP), área de abrangência da escola, atividades econômicas do bairro, corpo docente, etc.

O corpo docente das escolas surpreende também pelo nível instrucional. A grande maioria tem curso superior (94,7%) e alguns possuem Pós-Graduação (41,1%). Os professores têm duas reuniões semanais (HTC), uma na Secretaria Municipal de Educação – SME, outra na própria escola onde discutem problemas de currículo, aprendizado, estratégias de trabalho, etc. Nas reuniões na Secretaria, os professores são também apresentados a projetos previamente avaliados pela SME, que serão oferecidos e aplicados (quando aceitos) nas escolas que assim o desejarem.

As escolas mantêm grupos de dança e de teatro, realizam passeios culturais, em que fazem um percurso de reconhecimento da cidade passando por pontos turísticos e tombados pelo patrimônio cultural municipal assim como visitam artistas e/ou artesãos populares. Mostram-se, assim, como as escolas municipais se estruturam e se preocupam em proporcionar aos alunos não apenas o que está contido nos livros didáticos e se apresentam nos currículos, como também procuram ampliar seus conhecimentos com atividades diversificadas buscando concretizar a finalidade registrada nos projetos educacionais de “educação de qualidade para todos”.

Situação normativa do ensino religioso

O ensino municipal em São José dos Campos orienta-se pelas Normas Regimentais Básicas de 21 de Outubro de 2008 trazendo no Título II, seção VII que trata da organização Curricular, o artigo de número 55, § 1º, que diz textualmente que “o ensino religioso constitui disciplina obrigatória, de matrícula facultativa, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa e vedadas quaisquer formas de proselitismo” e no §2º está a questão das horas trabalhadas como não sendo “computadas como hora de efetivo trabalho escolar o ensino religioso”.

A Deliberação n. 16/2001 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, que regulamenta o artigo 33 da Lei 9394/96, em seu Art. 2º, estabelece que o “ensino religioso nas quatro primeiras séries do ensino fundamental: (será ministrado) por portadores de diploma de magistério em normal médio; portadores de licenciatura em Pedagogia, com habilitação no magistério de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental.

É o Art. 3º que regulamenta quem são os habilitados para o exercício do magistério de ensino religioso nas séries finais - 5ª à 8ª do ensino fundamental, como sendo “os licenciados em História, Ciências Sociais ou Filosofia”.

Esta mesma Deliberação estabelece, no Artigo 4º, que os conteúdos a serem vistos nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas da rede estadual, serão ministrados pelos próprios professores responsáveis pela classe, e em seu Parágrafo único determina que “os conteúdos serão trabalhados transversalmente sob a responsabilidade e organização do professor”.

Em seu Art. 5º, determina que na “rede estadual de ensino, o ensino religioso deve ser ministrado no mínimo em uma das séries finais do ensino fundamental” e em seu Parágrafo único estabelece: “a inclusão do ensino religioso deverá estar prevista na proposta pedagógica da escola e sua carga horária será acrescida à carga mínima anual existente”.

A Lei n. 9.475, de julho de 1997, que deu nova redação ao artigo 33 da Lei nº 9.394/96, dispõe que o ensino religioso, de “matrícula facultativa é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Na nova redação do Art. 33, § 1º, estabelece que “os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão de professores”. E no § 2º, estabelece que “os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para definição dos conteúdos do ensino religioso.”

Considerações gerais

A Constituição Brasileira de 1988, reconhecendo os direitos sociais dos cidadãos, estabelece a promoção da cidadania e da dignidade como dever do Estado e da sociedade. Particularmente, no que diz respeito à função social da educação em geral - e da escola em particular - a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9394/96), reforça este princípio constitucional, ao definir estes mesmos objetivos como deveres da escola e da comunidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais também enfatizam a necessidade de projetos pedagógicos capazes de introduzir a reflexão sobre a cidadania, bem como as práticas a ela pertinentes, no próprio cotidiano escolar. Embora seja fácil ocorrer interpretação errônea sugerindo que o ensino religioso deveria ser focado nessa perspectiva transversal, o fato de o ensino religioso ser facultativo para os alunos, conforme a Constituição Federal, apresenta como impossibilidade, como inconstitucionalidade, a proposta de espalhar o ensino religioso por todo o conteúdo, como conteúdo transversal, conforme preconizado pela mencionada Deliberação.

O anexo ao Projeto de Deliberação, Homologada por Resolução da Secretaria de Educação de 27 de julho de 2001 e publicado no DOE em 28 de julho do mesmo ano na p.17, esclarece que “fica claro que o ensino religioso deve ser tratado como área de conhecimento em articulação com os demais aspectos da cidadania, como saúde, sexualidade, meio ambiente, trabalho, ciência e tecnologia, arte etc.” e também que o ensino religioso “articula-se substancialmente com os princípios legais vigentes, seja na proibi-

ção de qualquer tipo de proselitismo, seja na coerência com os princípios e fins da educação nacional” salientado que a educação nacional apregoa a liberdade de “aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância”.

Na pesquisa de campo realizada, o que se pode perceber é que “se trabalha na transversalidade os valores éticos e morais” e que nos conteúdos passados “fala-se sobre fraternidade, respeito ao próximo, mas não se fala em religião”, segundo as pessoas envolvidas neste ensino, ou seja, o conteúdo religioso encontra-se disperso por todo o conteúdo do ensino, o que traz problemas, como já indicado, do ponto de vista da violação do direito da criança e do adolescente quanto a escolher se quer ou não ter o ensino religioso (facultativo para o aluno), nos termos da Constituição Federal.

Foi enfatizado que “não existe ensino religioso, a escola é laica” como também que “o foco é na formação do indivíduo”. Porém, pode-se perceber que algumas escolas mantêm símbolos religiosos, como crucifixo, imagem de Jesus, imagem de Nossa Senhora em locais como: secretaria, diretoria e sala dos professores. Em algumas escolas são feitas orações e as citadas foram Pai Nosso e Ave Maria no pátio e salas de aula, sempre salientando que é de acordo com a professora de classe. Apesar de dizerem que não ensinam religião, e que respeitam todas as religiões, o fato de se manterem alguns símbolos da religião católica nas escolas e de rezarem no pátio, em algumas delas, indica que a religião católica está recebendo tratamento diferenciado, enfatizado, o que pode se constituir em desconforto e motivo de segregação para alunos que não fazem parte dessa religião, além de violar a laicidade do Estado, ainda que seja escola pública. Os símbolos religiosos encontrados durante a pesquisa, sem qualquer visão crítica quanto à violação da Lei, foram: a Bíblia; imagens de Jesus e de Nossa Senhora e crucifixos. As orações que relataram foram o Pai Nosso (grande maioria) e Ave Maria feitas antes da entrada de cada período, no pátio. Citaram ainda orações pedidas pelos alunos em sala de aula.

Ainda é falha a maneira como se percebe e se trabalha (ou não) as questões sobre ensino religioso nas escolas municipais, mesmo sendo elas tão bem organizadas e gerenciadas em outros temas. O ensino religioso consta do histórico dos alunos com presença, pois consideram que ao passar valores – para todos os alunos em cada disciplina específica – estão passando também o ensino religioso, como consta da Lei, embora não levem em conta que essa mesma Lei propõe a facultatividade para o aluno e que, portanto, não poderia constar do histórico escolar, sob pena de excluir os alunos que exerçam seu direito de escolher e escolham não cursar a disciplina.

Referências

AGÊ JUNIOR. São José dos Campos de 1900 a 1980. São José dos Campos, SP: Santuário, 1981.

DIAS, Augusto. Um tempo na vida em São José dos Campos. São José dos Campos, SP: JAC, 2000.

FERNANDES, Marilene Thomazello Mendes. Macrosegregação residencial: o deslocamento das áreas residenciais da classe de alta renda em São José dos Campos. Dissertação de mestrado. São José dos Campos: UNIVAP, 2002.

SIQUEIRA, Jairo César de. Nossa cidade de São José dos Campos. São José dos Campos: Fundação Cultural Cassiano Ricardo, 1991.